

Estoril Political Forum 2015

A Batalha de Waterloo e a reafirmação da *Britishness*

A batalha de Waterloo, travada a 18 de Junho de 1815, entre um exército aliado sob comando britânico e as forças napoleónicas restauradas durante o governo dos “Cem Dias”, é hoje considerada um dos mais importantes momentos da história europeia e por isso se tornou uma das campanhas militares mais estudadas de todos os tempos.¹

Como se lembrou no seu bicentenário, recentemente celebrado, Waterloo produziu inúmeros testemunhos e memórias literárias e incontáveis trabalhos académicos, emprestou o seu nome a ruas, monumentos e à mais movimentada estação ferroviária do mundo, e inspirou até a cultura popular, na forma da música dos ABBA vencedora do concurso da Eurovisão de 1974 (embora a sua letra contenha imprecisões históricas)². A própria palavra “Waterloo” ganhou um sentido metafórico, evocando, nos termos de Peter Snow, “aquele momento na vida em que cada um de nós enfrenta um desafio quase insuperável”³.

No contexto de uma análise alargada da era revolucionária e napoleónica dos



POR
José Miguel Sardica

Diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

alvares do século XIX, Waterloo pode ser estudado para observar as mutações operadas nas estratégias bélicas, para explicar a queda do Império napoleónico ou, conjugado com os resultados do Congresso de Viena, para compreender 1815 como um ponto de viragem decisivo – o fim de uma época e o princípio de outra, dominada por uma *pax* britânica na Europa que, embora alterada pelos

nacionalismos e pelos apetites imperialistas visíveis ao longo de Oitocentos, vigoraria durante cem anos, colapsando apenas no decurso da I Guerra Mundial.

O objetivo deste texto é o de reunir aqueles três ângulos para salientar o quanto a vitória aliada em Waterloo e a data de 1815 constituíram uma página épica na mais longa história do desenvolvimento do que é comumente conhecido e citado como “*Britishness*”, ou seja, a visão política, cultural, geográfica e económica com que a Grã-Bretanha e o povo britânico veem a, e se relacionam com a, Europa e o mundo. Independentemente de algum triunfalismo histórico – e Waterloo cimentou de facto o orgulho nacional da Ilha para a futura era Vitoriana – a *Britishness* não é tanto uma pretensão ou manifestação de superioridade, mas sim de exceção (ou diferença) peran-

te o continente, que mergulha as suas raízes na *Magna Carta*, na *Glorious Revolution* e no *Bill of Rights*. Mas foi em grande parte ela que conferiu à Grã-Bretanha um lugar especial e cimeiro entre todos os Estados que se opuseram à Revolução Francesa e à supremacia europeia de Napoleão Bonaparte.

1 Para se compreender o eco da batalha de Waterloo na memória britânica – apesar de ultrapassado, como foi, pela recordação heroica da resistência anti nazi durante a II Guerra Mundial – o confronto de 1815 pode ser visto como o clímax daquilo que Jeremy Black define como a “Segunda Guerra dos Cem Anos”, e também como a porta de entrada para uma época de paz internacional e progresso material generalizados, ao longo da qual a *Britishness* inspirou o mundo e a civilização a serem “política e economicamente mais liberais do que de outra maneira teriam sido”⁴, fazendo assim contrastar o século XIX com o futuro e bastante mais violento século XX.

De 1689 a 1815, passando pela Guerra da Sucessão espanhola, pela Guerra dos Sete Anos, pela Revolução Americana, pela disputa pelos Países Baixos e Egito (na década de 1790), pelo domínio marítimo ou pelo controle sobre portos e mercados na Península Ibérica, no Mediterrâneo e no Mar do Norte (contra Napoleão), Londres e Paris travaram um conflito quase contínuo, tão decisivo para o futuro de ambos os países quanto o fora a primeira Guerra dos Cem Anos, no final da Idade Média. De acordo com autores como Alfred Leslie Rowse ou Sir Winston Churchill, o século XVIII viu aprofundar-se um contraste e uma rivalidade entre o sistema político e parlamentar liberal britânico, escorado na sua insularidade e nas suas liberdades de comércio, de expressão e individual, e as tendências continentais francófilas favoráveis ao absolutismo, à centralização e à crescente sujeição do indivíduo ao Estado⁵. Numa palavra, o choque entre a Inglaterra e a França mostrou o divórcio entre duas culturas políticas irreconciliáveis – entre o velho sistema constitucional e liberal da Ilha e o primeiro sistema “totalitário” da história⁶, interpretado e maximizado pelas três sucessivas vagas da Versalhes

bourbônica, do revolucionarismo jacobino e do imperialismo napoleônico. Enfrentar a primeira conferiu a John Churchill, o duque de Marlborough, o seu estatuto quase lendário; combater o segundo consumiu a vida e a saúde de William Pitt; enquanto a resistência contra o terceiro cimentou a fama de Arthur Wellesley, o duque de Wellington, emprestando-lhe a aura de “salvador” da Europa na gênese dos tempos contemporâneos.

O que de comum inspirou estas três figuras foi a defesa sólida de uma peculiar mistura britânica feita de “con-

E como Wellington mais tarde acrescentaria, o que sempre esteve em jogo, de Robespierre a Napoleão, foi simplesmente “a lei pública da Europa”⁹.

Das sete coligações europeias estabelecidas contra a França, a Grã-Bretanha apenas não esteve envolvida na quarta coligação, em 1806–07. As vitórias obtidas por Napoleão em Austerlitz, Auerstädt, Iena, Eylau e Friedland, destruindo a resistência austríaca, prussiana e russa, e abrindo caminho para a divisão da Europa, estabelecida com o czar Alexandre em Tilsit, em Julho de 1807, tornaram a Grã-Bretanha



tinuidade constitucional”, poderes políticos separados e limitados e flexibilidade social, contra a subversão do império da lei internacional por parte de qualquer poder emergente e expansionista. Num discurso pronunciado na Câmara dos Comuns, em Westminster, em 1800, William Pitt definiu a novidade revolucionária francesa como nada menos do que “um insaciável amor pelo engrandecimento, [e] um implacável espírito de destruição, dirigido contra as instituições civis e religiosas de todos os países”; era assim que “o génio da Revolução Francesa marchava, para terror ou desalento do mundo”, ameaçando “os naturais da Grã-Bretanha, gozando da perfeição da liberdade prática, e amantes da sua constituição, pelo resultado conjunto do hábito, da razão e da experiência”.

a única inimiga do Imperador. Incapaz de impor a rendição a Londres através do poderio militar, Bonaparte recorreu ao Bloqueio Continental como meio para asfixiar a economia britânica. Tal ambição imperial seria travada na Península Ibérica, uma zona periférica que se eximiu ao cumprimento do Bloqueio determinado para a “fortaleza Europa”, e onde Londres apostou a partir de 1808, como porta de reentrada no continente e guarda avançada da resistência anti napoleônica. Segundo as palavras de Winston Churchill, até à abertura da campanha da Rússia, em 1812, “só a Grã-Bretanha permaneceu firme, irreconciliável, inconquistada, implacável. Entrincheirada na sua Ilha, senhora dos mares e oceanos, governada por uma aristocracia resistente, enfrentou sozinha, determinada e

tranquila, a enorme ameaça continental”¹⁰. Era todavia imperativo vencer essa ameaça. Usando a terminologia de Huw Davies, a “estratégia oceânica” (“*blue water strategy*”), ou seja, o foco britânico na extensão e segurança colonial e imperial, estava intimamente ligada à “estratégia continental”, ou seja, uma política externa empenhada em garantir estabilidade e equilíbrio de poderes na Europa, na medida em que a segunda dependia da primeira¹¹. Por isso, mesmo dominando os mares, a guerra em terra tinha de ser ganha – e ainda mais porque Napoleão cobi-

ficado incólume sob o vendaval ideológico e militar francês. O “regresso do papão”¹⁴, ao tempo classificado como “o grande perturbador da paz no mundo”¹⁵ pelas potências reunidas em Viena, era simplesmente inadmissível, já que o afastamento de Luís XVIII reinstalara em França um poder renegado e um regime quase pária. Os “Cem Dias” de Napoleão tiveram aliás o efeito de moderar tensões e divergências que se faziam sentir nos corredores e nas negociações diplomáticas em curso, no Congresso de Viena. A perspectiva de um continente inteiro nas mãos de uma única potência militarista ou o espectro de uma “união europeia” comandada por uma única voz francocêntrica – o que contendia com a propaganda napoleónica de uns “Estados Unidos da Europa” libertadores dos povos – obrigou a Grã-Bretanha a comandar uma última batalha, destinada, nas palavras da diplomacia reinante, a “esmagar o ogre para sempre”¹⁶. Em Viena, o czar Alexandre confidenciou em conversa a Wellington, com a sua mão pousada no ombro do duque: “Será V. Senhoria a salvar de novo o mundo”¹⁷.

2 O que a história recorda como a campanha de Waterloo foi na verdade um conjunto de quatro batalhas, travadas em apenas três dias: Quatre-Bras, um empate militar entre anglo-holandeses e franceses, e Ligny, uma vitória de Napoleão e Grouchy sobre Blücher, ambas a 16 de Junho, seguidas de Wavre-Plancenoit, um bem-sucedido contra-ataque prussiano, e o palco central de Waterloo, ambas a 18 de Junho de 1815. Waterloo era um campo cuidadosamente escolhido por Wellington, onde o grosso do exército aliado podia ser disposto em pequenas cumeadas, escondendo assim do inimigo a sua real dimensão e posições, perante a infantaria e cavalaria francesas que teriam de atravessar planície aberta. Militarmente falando, como Jeremy Black resume, “Napoleão precisava de vencer, e vencer inequivocamente, enquanto Wellington só precisava de evitar a derrota”¹⁹.

Desprovido dos veteranos peninsulares, entretanto mobilizados para a fracassada guerra contra os Estados Unidos da América (1812-1814), ou retidos na frente interna, como tropa

anti-ludita ou de patrulhamento na Irlanda, o duque tinha à sua disposição um exército algo inexperiente de britânicos, holandeses, hanoverianos, brunswickianos e belgas – uns 69.000 homens contra os 75.000 comandados por Ney, D’Erlon, Grouchy e os irmãos Bonaparte (Napoleão e Jerónimo)²⁰. A batalha de Waterloo durou cerca de dez horas e desenvolveu-se em cinco fases sucessivas – quase sempre no figurino de colunas francesas investindo contra linhas aliadas²¹. As forças de Wellington estiveram prestes a ceder, quando o próprio Napoleão conduziu o ataque da Guarda Imperial, mas uma resistência maciça dos “casacas vermelhas”, combinada com a ofensiva, sobre a direita do Imperador, dos reforços prussianos selou o destino dos franceses, que terminaram com os seus soldados em dispersão ao grito “*la garde recule; sauve qui peut*”. Lacy Evans, um dos ajudantes-de-campo de Wellington, descreveria a batalha como “a luta do entusiasmo e do desespero, por um lado, e da coragem e do dever, por outro lado”²². Na verdade, entre múltiplos *fait-divers* no calor da refrega, com Bonaparte ao alcance da sua vista, o duque encorajou os seus “rapazes” com o que Elisabeth Longford qualifica como o eco shakespeariano de Henrique V: “Não podemos ser vencidos – que diriam de nós em Inglaterra?”²³. No final, e de um total de cerca de 145.000 combatentes, Waterloo causou cerca de 48.000 mortos e feridos.²⁴ Vagueando no dia seguinte pelo campo de batalha ensanguentado, o tenente britânico John Kincaid haveria de recordar: “parecia que o mundo se desfizera em pedaços, e que três quartos de tudo tinham sido destruídos nessa carnificina”²⁵.

Wellington obteve em Waterloo um triunfo defensivo, mas decisivo, estrategicamente semelhante aos já conquistados na Península Ibérica (sobretudo nas batalhas do Vimeiro, do Buçaco e de Fuentes d’Oñoro) – uma vitória que reforçou a procura europeia pós-napoleónica de paz e que reafirmou a *Britishness* que o duque pessoalmente encarnava. Com a sua personalidade calma, fria, resiliente, e a sua insuperável entrega ao serviço e à honra, o herdeiro de Marlborough, Horatio Nelson e John Moore contras-



(...) Bonaparte recorreu ao Bloqueio Continental como meio para asfixiar a economia britânica. Tal ambição imperial seria travada na Península Ibérica (...)

çava o Atlântico através da Península Ibérica e o Oriente através do Egipto. A campanha da Rússia dizimou a *Grande Armée* e a vitória aliada na batalha de Leipzig, em Outubro de 1813, forçou Bonaparte à sua primeira abdicação e exílio, na ilha de Elba, no Mediterrâneo, em Abril de 1814. Não seria esse o fim da história. Em Fevereiro de 1815, Napoleão – “o Luís XIV do Estado democrático”, como o definiu François Furet¹² – evadiu-se de Elba e desembarcou no sul de França, recolhendo em poucas semanas apoios suficientes para se reinstalar no poder em Paris.

Por essa altura, uns cinco milhões de europeus tinham já morrido no mais sangrento quarto de século alguma vez registado¹³. De Lisboa a Moscovo, do Báltico à Sicília, nenhum país, regime político ou grupo social tinha



tava com a coragem crua, a impetuosidade, a prodigalidade no sacrifício de homens e a liderança quase eletrizante que constituíam a imagem de Napoleão em combate. Neste duelo, o estudo de Waterloo parece-se com o visionamento de um filme de aventuras do *far-west* americano, tudo culminando numa última e tensa cena, quando “os dois mais formidáveis comandantes militares da Europa se defrontaram por fim”²⁶.

3 Para a Grã-Bretanha, a campanha de 1815 foi o derradeiro episódio de uma longa resistência anti napoleónica, que constituiu, na análise de Robert Harvey, uma guerra “triplamente justa”, uma vez que “a Inglaterra precisava de tomar armas contra a perturbação causada ao comércio britânico, contra a destruição geral semeada por todo o continente e contra a ameaça imposta aos interesses britânicos espalhados pelo mundo”²⁷. Por consequência, Waterloo representou, acrescenta Jeremy Black, o ponto terminal de uma oposição anti revolucionária e anti francesa por cuja liderança “a Grã-Bretanha salvou o país e a civilização”²⁸. E se se olhar para a atual União Europeia, talvez a maior lição a retirar daquela batalha longínqua seja o espírito e a prática de coalizão, ou de colaboração, ali demonstrados entre a Ilha e os seus aliados continentais, uma



O resultado final de Waterloo foi um continente mais plural e equilibrado, onde um diretório de potências partilhava o controlo sobre a Europa enquanto a talassocracia britânica dominava os mares

unidade de objetivos comuns ultrapassando diferenças e divergências nacionais, determinada a fazer o que tinha de ser feito e mostrando afinal como 1815 pode servir como antídoto corretor de algum euro ceticismo ou euro discórdia hoje tantas vezes visíveis.

O resultado final de Waterloo foi um continente mais plural e equilibrado, onde um diretório de potências partilhava o controlo sobre a Euro-

pa enquanto a talassocracia britânica dominava os mares. Nas palavras de Sir Winston Churchill, perspetivando o longo século XIX na sua conhecida obra *History of the English Speaking Peoples*, “a batalha de Waterloo, um Tratado de Paz bem conseguido e a Revolução Industrial em Inglaterra cimentaram a posição britânica durante quase um século, no cume do mundo civilizado”²⁹.

Em Viena e depois, Lorde Castlereagh, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, “ganhou a paz”, da mesma maneira que “Wellington tinha ganho a guerra”³⁰. Controlar os planos de vingança prussianos e assegurar para a França um lugar no concerto europeu eram os maiores desafios imediatos. Depois de se render aos britânicos nos meados de Julho de 1815, e em vez de ser julgado ou simplesmente executado (como Blücher e Gneisenau desejavam), Napoleão foi enviado para o exílio perpétuo na minúscula ilha de Santa-Helena, no Atlântico sul, onde morreu, em Maio de 1821. O Tratado de Paz assinado em Novembro de 1815 reduziu a França às suas fronteiras de 1789 e estabeleceu a obrigatoriedade do pagamento de indemnizações aos vencedores num total de 700 milhões de francos; mas Luís XVIII retomou o trono em Paris e o país não foi desmembrado nem coletivamente humilhado. Uma linha dura anti francesa teria muito possivelmente reacendido a revolução porque, como Wellington avisava, “uma França revolucionária é muito mais propensa a perturbar o mundo do que uma França, quaisquer que sejam as suas fronteiras, sob um governo legítimo e regular”³¹. Apesar de múltiplas acusações de ter sido demasiado conservador, o *status* quo europeu pós-Waterloo permanece até aos dias de hoje como um *case-study* exemplar de reconstrução continental, tendo assegurado um equilíbrio entre potências e interesses mais estável do que sistemas anteriores e revelando um particular contraste, para melhor, com o que depois aconteceria sob o Tratado de Versalhes, em 1919, no final da I Guerra Mundial. Ou dito de outra maneira: o novo mapa de Viena materializou uma paz pragmática, realista e obtida a duras penas, a partir de um princípio não escrito, mas moral

e partilhado por muitos, de que “uma potência não poderia nunca ameaçar, subverter ou humilhar outra”³².

A Grã-Bretanha combateu em 1815, como já fizera anos antes e como voltaria a fazer em 1914 ou em 1940, erguendo-se no momento em que o continente parecia estar nas mãos de um único inimigo. É tentador considerar a França napoleónica como uma prefiguração mais moderada da futura Alemanha nazi, comandada também pelo pulso forte e carismático de um só homem, sobretudo porque a Grã-Bretanha permaneceu sempre terra inconquistada e porque a Rússia foi a “némesis” tanto de Napoleão como de Hitler. E é igualmente tentador considerar Castlereagh o Woodrow Wilson do seu tempo, e Wellington o Winston Churchill das guerras revolucionárias. Tanto o duque oitocentista como o primeiro-ministro novecentista enfrentaram, cada um na sua época, as maiores ameaças colocadas à Ilha desde a invasão normanda, no século XII, ou da “Invencível Armada” espanhola, no século XVI. E ambos foram também os porta-vozes da civilização, ostentando uma tradição de liberdade com séculos e agindo contra o que alguns definem como nada menos do que uma “tirania irracional”³³. Recorrendo ao famoso dito de Linda Colley, os vencedores de Napoleão e de Hitler estavam, simplesmente, a tornar “*the world safe for gentlemen again*”³⁴. A “*gentlemanship*”, o popular provérbio “*live and let live*” ou a fórmula aca-

démica mais elaborada “*liberty from*” (de Isaiah Berlin), tudo faz parte da, e simboliza a, essência fundamental da *Britishness*. E a reafirmação desse traço central do carácter e da história britânicos, muito influente no mundo ocidental ao longo do século XIX, foi o que de melhor resultou da sangrenta batalha de Waterloo, travada há duzentos anos.

Recordando o passado, a história pode ser um veículo inspirador para pensar um presente que, com as suas disposições gerais, possibilidades previsíveis e armadilhas regulares, quotidianamente desafia a humanidade e a sua condição moral. Estabelecido em Paris, algumas semanas depois de Wa-

terloo, Wellington confidenciou a uma sua amiga, *Lady Frances Shelley*, sentimentos que constituem um dos juízos sobre a guerra – qualquer guerra – mais eticamente responsáveis alguma vez expressos por um grande líder militar. As palavras do duque são as mais apropriadas para terminar este texto: “Espero em Deus ter travado a minha última batalha. É má coisa estar sempre em combate. No meio do fumo e do fogo, estou demasiado ocupado para sentir algo; mas é miserável logo depois. É impossível pensar na glória. Sinto-me esgotado no próprio momento da vitória, e digo sempre que, depois de uma batalha perdida, a maior das misérias é uma batalha ganha”³⁵. ■

NOTAS

¹ Harvey, 2007: 874.

² Black, 2010: XII, e 179; Snow, 2014: 15.

³ Snow, 2014: 15.

⁴ Black, 2010: XI, e 2015: 4.

⁵ Rowse, 1943: 61-62; Churchill, 1957: VII-VIII.

⁶ Harvey, 2007: XII.

⁷ Rowse, 1943: 57-61.

⁸ MacArthur, 1996: 193-195.

⁹ James, 2002: 242.

¹⁰ Churchill, 1957: 254.

¹¹ Dvies, 2014: 368.

¹² Furet, 1992: 66.

¹³ Summerville, 2007: 402.

¹⁴ Harvey, 2007: 868.

¹⁵ Summerville, 2007: 287.

¹⁶ Harvey, 2007: 871.

¹⁷ Longford, 2005: 55.

¹⁸ Harvey, 2007: 885.

¹⁹ Black, 2014: 36.

²⁰ James, 2002: 246 e 256; Black, 2014: 49.

²¹ Snow, 2014: 19, e Howarth, 2007.

²² James, 2002: 257.

²³ Longford, 2005: 80.

²⁴ James, 2002: 262.

²⁵ Esdaile, 2008: 558.

²⁶ Harvey, 2007: 873.

²⁷ Harvey, 2007: 926.

²⁸ Black, 2015: 3-4.

²⁹ Churchill, 1957: VIII.

³⁰ Davies, 2014: 362.

³¹ Davies, 2014: 358.

³² Davies, 2014: 367.

³³ Black, 2010: 217.

³⁴ Colley, 1992: 191.

³⁵ Holmes, 2003: 254.

GUIA DE LEITURAS

- BLACK, Jeremy (2010), *Waterloo. The Battle that Brought Down Napoleon*, Londres: Icon Books Ltd.

- BLACK, Jeremy (2014), «The Waterloo Campaign: the Strategic Background», in Nick Lipscombe (ed.), *Waterloo. The Decisive Victory*, UK: Osprey Publishing, pp.35-53.

- BLACK, Jeremy (2015), «The Legacy of 1815», *History Today*, 65:3, pp. 3-4.

- CHURCHILL, Winston (1957), *A History of the English-Speaking Peoples*, Vol. III (*The Age of Revolution*), Londres: Cassel and Company.

- COLLEY, Linda (1992), *Britons: Forging the Nation, 1707-1837*, Connecticut: Yale University Press.

- DAVIES, Huw (2014), «The Legacy of Waterloo: War and Politics in Europe in

the 19th Century», in Nick Lipscombe (ed.), *Waterloo. The Decisive Victory*, UK: Osprey Publishing, pp. 345-375.

- ESDAILE, Charles (2008), *Napoleon's Wars. An International History, 1803-1815*, Londres: Penguin Books.

- FURET, François (1992), «Bonaparte», in F. Furet and M. Ozouf (eds.), *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, Vol. IV (*Acteurs*), Paris: Champs/Flammarion, pp. 53-75.

- HARVEY, Robert (2007), *The War of Wars. The Epic Struggle between Britain and France, 1789-1815*, Londres: Constable.

- HOLMES, Richard (2003), *Wellington. The Iron Duke*, Londres: Harper Collins.

- HOWARTH, David (2007), *Waterloo. A Guide*

to the Battle, UK: Pitkin Publishing.

- JAMES, Lawrence (2002), *The Iron Duke. A Military Biography of Wellington*, Londres: Pimlico.

- LONGFORD, Elisabeth (2005), *Wellington. A New Biography*, Gloucestershire: Sutton Publishing Ltd.

- MacARTHUR, Brian (ed.) (1996), *The Penguin Book of Historic Speeches*, Londres: Penguin.

- ROWSE, Alfred Leslie (1943), *The Spirit of the English History*, Londres: The British Council.

- SNOW, Peter (2014), «Introduction», in Nick Lipscombe (ed.), *Waterloo. The Decisive Victory*, UK: Osprey Publishing, pp. 13-25.

- SUMMERVILLE, Christopher (2007), *Who Was Who at Waterloo. A Biography of the Battle*, UK: Pearson Education.